MODERNOS & CONTEMPORÂNEOS

Revista de Filosofia do IFCH da Universidade Estadual de Campinas, v. 9, n. 22., jul./dez., 2025.

Resenha do livro "Psicanálise na Ditadura (1964-1985) história, clínica e política", de Rafael Alves Lima[1]

Suzane dos Santos Costa

Introdução: a psicanálise em tempos sombrios

A história da psicanálise no Brasil é marcada por uma trajetória complexa e multifacetada, mas poucos períodos são tão cruciais e reveladores quanto os anos da ditadura civil-militar (1964-1985). Em um contexto de repressão política, censura e violência de Estado, o campo "psi" não apenas sobreviveu, mas também se expandiu de maneira notável. No entanto, essa expansão não foi isenta de ambiguidades e contradições. Como a psicanálise, um campo de saber dedicado à escuta do sujeito e à exploração do inconsciente, navegou em um cenário que buscava silenciar a dissidência e impor uma ordem autoritária? Quais foram as estratégias de sobrevivência, acomodação e resistência adotadas por psicanalistas e instituições? É para responder a essas e outras perguntas que a obra de Rafael Alves Lima, "Psicanálise na Ditadura (1964-1985): História, Clínica e Política", se torna uma leitura indispensável.

O livro de Lima se insere em um movimento crescente de revisão crítica da história da psicanálise, que busca ir além das narrativas hagiográficas e das genealogias institucionais. Ao colocar o arquivo no centro de sua investigação, o autor nos oferece uma perspectiva renovada e rigorosamente fundamentada sobre as relações entre a psicanálise, a política e a sociedade brasileira. A obra não se limita a denunciar as cumplicidades ou a celebrar as resistências, mas se propõe a compreender as nuances e as complexidades de um campo em constante tensão. Nesse sentido, o livro é um convite a um trabalho de memória coletiva, um exercício de reflexão sobre o papel da psicanálise em um dos períodos mais sombrios da nossa história.

Sobre o autor e a gênese da obra

Rafael Alves Lima, um pesquisador profundamente engajado na história intelectual e na historiografia da psicanálise no Brasil, apresenta uma obra que é fruto de uma investigação amadurecida. Seu trabalho se destaca pelo uso intensivo

1 Nota da autora: todos os termos que estão identificados por aspas foram citados como se encontram na obra de Rafael Alves Lima.

de arquivos e pelo confronto com fontes estatais, institucionais e hemerográficas. O cerne interpretativo deste projeto foi inicialmente desenvolvido em sua tese de doutorado, defendida na Universidade de São Paulo em 2021. Publicado em 2024 pela Editora Perspectiva, com prefácio de Christian Dunker, o livro é o resultado de anos de pesquisa em acervos públicos, como o Memórias Reveladas, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e a Hemeroteca. Através dessas fontes, Lima reconstrói os circuitos de circulação de pessoas, ideias e publicações que moldaram o campo "psi" entre 1964 e 1985.

A trajetória intelectual de Lima se manifesta em escolhas metodológicas precisas. Ao direcionar seu olhar do consultório para o arquivo, o autor desafia as narrativas de "pedigree", muitas vezes autocelebratórias, e opta por uma abordagem historicamente verificada. Sua pesquisa dialoga com a tradição da história das ideias no Brasil e com estudos que abordam instituições, periódicos e redes de formação, sem jamais perder de vista a clínica como um espaço ético e público. Essa fusão de sensibilidade histórica e rigor documental resulta em uma escrita sóbria e convincente, onde cada hipótese interpretativa é solidamente ancorada em documentos, datas, nomes, redes editoriais e suas consequências institucionais, permitindo uma reconstituição nuançada da psicanálise sob o regime civil-militar.

A estrutura da obra

A arquitetura do livro de Lima é habilmente dividida entre capítulos de cunho metodológico-historiográfico e capítulos temáticos. Nos primeiros, o autor estabelece os fundamentos de seu método, define categorias operacionais e explora a complexidade da política do segredo. Nos capítulos temáticos, ele reconstrói processos históricos e debates disciplinares, abordando desde o impacto do pós-1968 até as intersecções com a Reforma Psiquiátrica e as agendas antirracistas, passando pelo "*mito nacional do pedigree*", o "*boom sob constrangimento*" e a infiltração da guerra psicológica no cotidiano "psi".

Podemos visualizar a obra em três grandes blocos: (i) a moldura e o método, que discute a importância de escrever a história da psicanálise a partir dos arquivos e como lidar com as opacidades geradas pelo segredo arquivístico; (ii) a periodização e os mecanismos, que abrange as reacomodações pós-1964, o endurecimento do final dos anos 1960, as adaptações locais do pós-68, e os períodos de distensão e abertura; e (iii) os conceitos em operação, que são as categorias que permitem reinterpretar as legitimidades, disputas e práticas clínicas em um contexto autoritário. Essa organização não é aleatória; ela visa oferecer ao leitor tanto uma ferramenta para interpretar documentos quanto uma narrativa que desvenda as ambivalências que permeiam agentes e instituições. É nessa tensão entre método e história, entre arquivo e clínica, que reside a força motriz do livro.

O argumento central

A tese central de Lima é que a psicanálise, entre 1964 e 1985, experimentou um processo de consolidação e expansão que foi, paradoxalmente, heterônomo. Houve um crescimento notável de instituições, sociedades, cursos, traduções e periódicos, mas esse avanço ocorreu sob forte constrangimento político e institucional. Trata-se, portanto, de um *"boom"* que não se confunde com emancipação. O autor evita a simplificação de "heróis" e *"algozes"*, demonstrando que acomodação e resistência podiam coexistir dentro da mesma instituição, no mesmo período e, por vezes, na trajetória de um mesmo indivíduo.

Para sustentar essa tese, o livro se apoia em duas vertentes principais. A primeira é a minuciosa reconstrução das rotas filiatórias e migratórias: as linhagens de formação, as redes de supervisão, os exílios e os retornos, com especial atenção à circulação argentino-brasileira no final dos anos 1970, que reconfigurou as hierarquias de saber e os mecanismos de legitimidade. A segunda vertente é a análise das redes editoriais e escolares: revistas, coleções, programas de ensino e instâncias de certificação que consolidaram repertórios e definiram as fronteiras de pertencimento do campo.

Essa abordagem dual revela que a história do campo *"psi"* não é apenas uma história de ideias, mas também de instituições, editoras e arquivos. Ao examinar, por exemplo, o papel de revistas e coleções na estabilização de conceitos e práticas, Lima elucida os mecanismos pelos quais a autoridade para falar *"em nome"* da psicanálise foi construída e como essa autoridade operou em tempos de vigilância e censura.

Um ponto crucial do argumento é a formulação da *"política do segredo"*. O sigilo clínico, essencial para a ética da prática, não deve ser confundido com o segredo arquivístico, que emerge de procedimentos burocráticos, lacunas na preservação e regimes de acesso que obscurecem o passado institucional. Ao abordar essa questão, o livro não só amplia o acesso do leitor a fontes, mas também enfatiza a responsabilidade pública da prática clínica e que fazer memória é parte intrínseca do ofício.

A infiltração do léxico da guerra psicológica no cotidiano profissional de psicólogos e psicanalistas é descrita com notável sensibilidade. Documentos e práticas revelam como a tradução de conflitos sociais para a linguagem do "*desajuste*", da "*imaturidade*" e da "*conduta imprópria*" ganhou plausibilidade em um contexto que clamava por pacificação social. O objetivo do autor não é acusatório, mas sim histórico: historicizar esses usos e demonstrar como certas interpretações do sofrimento foram politicamente instrumentalizadas sob a ordem autoritária.

Nesse contexto, a crítica à "ética da maturidade", quando reduzida a uma pedagogia da adaptação, ganha particular relevância. A desqualificação da contestação como "*infantilismo*" e a exaltação da capacidade de suportar como sinal de saúde funcionaram como ferramentas de despolitização, com sérias consequências para a

clínica e a formação. Contudo, o livro evita o maniqueísmo, registrando práticas e debates que, dentro das próprias instituições, buscaram preservar a responsabilidade pública da psicanálise.

Finalmente, a periodização proposta, que vai do imediato pós-1964 ao início da abertura, nos permite observar as reacomodações, os momentos de endurecimento e as oportunidades instituintes. Durante a distensão, o retorno de exilados, a diversificação de escolas e os rearranjos editoriais abriram caminho para a formação de uma biblioteca crítica e para a revisão de hegemonias, um verdadeiro trabalho de luto que reorganizou heranças e revitalizou o diálogo com a universidade e as políticas públicas.

A profundidade dos conceitos operatórios

Para além da reconstrução histórica, a grande contribuição de Lima reside na formulação de um conjunto de conceitos operatórios que oferecem novas lentes para a análise do campo psicanalítico. A "*política do segredo*", por exemplo, transcende a mera constatação da dificuldade de acesso a arquivos. Ela se revela como um mecanismo ativo de produção de ignorância, que serve tanto para proteger a intimidade do *setting* analítico quanto para ocultar as cumplicidades e os conflitos institucionais. Lima nos mostra como o segredo, em suas diversas formas, opera como um dispositivo de poder, que define o que pode e o que não pode ser dito, lembrado e historiado. Aprofundando essa ideia, o autor explora como a manutenção do sigilo, embora fundamental na clínica, foi instrumentalizada para criar zonas de opacidade institucional, dificultando a responsabilização e a crítica interna. O segredo, nesse sentido, não é apenas uma ausência de informação, mas uma presença ativa que molda as relações de poder e as narrativas históricas.

O *"mito nacional do pedigree"*, por sua vez, desconstrói as narrativas de origem que buscam legitimar a psicanálise a partir de linhagens nobres e de uma suposta pureza teórica. O autor demonstra como essas narrativas, muitas vezes, serviram para apagar as influências locais, as apropriações heterodoxas e as contribuições de figuras marginalizadas. Ao investigar as redes de tradução, as publicações e os programas de formação, Lima revela uma história muito mais rica e plural, marcada por hibridismos, conflitos e negociações. A análise de Lima vai além, mostrando como a busca por um *"pedigree"* europeu ou por uma linhagem *"pura"* de transmissão do saber psicanalítico funcionou como um mecanismo de exclusão e hierarquização dentro do próprio campo, silenciando vozes e experiências que não se encaixavam no modelo hegemônico. Essa crítica ao pedigree é fundamental para uma compreensão mais democrática e inclusiva da história da psicanálise no Brasil.

O conceito de *"boom sob constrangimento"* é particularmente feliz para capturar a principal contradição do período. A expansão da psicanálise não foi um sinal de vitalidade e autonomia, mas sim um fenômeno complexo, que envolveu desde a

busca por um refúgio intimista em tempos de crise até a apropriação de um saber que prometia a chave para a compreensão e a superação dos dramas nacionais. Lima nos mostra como esse crescimento foi acompanhado por um processo de despolitização, no qual o sofrimento social era frequentemente traduzido em termos de patologias individuais. Aprofundando essa ideia, o autor argumenta que o *"boom"* foi, em grande parte, uma resposta adaptativa a um contexto autoritário, onde a psicanálise, ao se focar no indivíduo e em suas questões internas, desviava o olhar das estruturas sociais e políticas que geravam o sofrimento. Essa acomodação, embora garantisse a sobrevivência do campo, teve um custo ético e político significativo.

Finalmente, a análise da infiltração da "*guerra psicológica*" no campo "*psi*" revela as sutilezas do poder autoritário. Não se tratava apenas de uma repressão explícita, mas também de uma colonização do imaginário, na qual os valores e as categorias da doutrina de segurança nacional eram incorporados ao discurso e à prática de psicólogos e psicanalistas. A ênfase na adaptação, na maturidade e na contenção dos impulsos, por exemplo, pode ser lida como uma manifestação dessa influência, que visava produzir sujeitos dóceis e conformados à ordem vigente. Lima detalha como a linguagem militar e os conceitos de "segurança nacional" permearam a formação e a prática, transformando o consultório em um espaço onde a "*normalização*" era vista como um ideal, e a "*subversão*" (mesmo que interna) era combatida. Essa análise é crucial para entender como a psicanálise, mesmo sem intenção explícita, pôde se tornar um instrumento de controle social.

Padrão de prova e ética da demonstração

Um dos aspectos mais marcantes da obra é a centralidade do arquivo como critério de prova. Lima não utiliza documentos como meros adornos, mas permite que as fontes desafiem a narrativa e, quando necessário, corrijam percepções estabelecidas. Essa "ética da demonstração" que conecta contexto, documento, hipótese e consequência, desautoriza tanto as leituras idealizadas quanto as condenações apressadas.

O efeito é profundamente pedagógico: o leitor aprende a abordar a história do campo com o mesmo rigor clínico com que se analisa uma sessão, evitando saltos interpretativos e testando hipóteses contra materiais que resistem a uma fácil categorização. A relevância desse padrão metodológico se estende para além da historiografia da psicanálise, servindo como um modelo para qualquer pesquisa que se proponha a lidar com períodos históricos complexos e fontes documentais fragmentadas. A insistência de Lima na prova arquivística é um convite à humildade intelectual e à responsabilidade ética do pesquisador.

Periodização e método

A periodização proposta por Lima transcende a mera cronologia, funcionando como uma matriz analítica que revela como um mesmo dispositivo institucional

pode operar de maneiras distintas em conjunturas diversas. A leitura do pós-1964 como um tempo de reacomodações, do final dos anos 1960 como um período de endurecimento e vigilância difusa, e da distensão como uma abertura gradual, permite acompanhar transformações sutis que passariam despercebidas em análises mais amplas. A ênfase recai não em eventos espetaculares, mas em mudanças de ritmo, deslocamentos no vocabulário profissional e reconfigurações das redes editoriais. Essa abordagem micro-histórica, atenta aos detalhes e às inflexões, é o que permite a Lima desvendar as ambivalências e as contradições que marcaram a psicanálise na ditadura. A periodização não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta para compreender a dinâmica interna e externa do campo "psi" em relação ao contexto político.

Conceitos operacionais e sua fecundidade

Conceitos como "*política do segredo*", "*mito do pedigree*", "*boom sob constrangimento*", "*guerra psicológica*" e "*neutralidade como posição*" não são meros slogans. Eles funcionam como ferramentas interpretativas que permitem uma compreensão mais profunda das dinâmicas em jogo. O livro explora como esses conceitos se manifestam em dispositivos institucionais, como, conselhos, sociedades, comissões editoriais, regulamentos de formação, regimes de avaliação e procedimentos de certificação. Ao descrevê-los, o autor demonstra como, em contextos autoritários, até mesmo mecanismos rotineiros podem adquirir funções políticas, reclassificando condutas e redefinindo fronteiras de pertencimento. A fecundidade desses conceitos reside em sua capacidade de serem aplicados a outros contextos históricos e sociais, oferecendo um arcabouço teórico para analisar as relações entre poder, saber e subjetividade em diferentes regimes políticos.

Fontes e verificações

A pesquisa de Lima privilegia arquivos estatais, acervos institucionais e hemerotecas. O uso combinado de fontes com temporalidades e lacunas diversas permite reconstruir trajetórias e confrontar diferentes versões dos fatos. Ao explicitar as cadeias de custódia e os contextos de produção documental, o livro oferece critérios sólidos para a avaliação da confiabilidade das informações. O processo de verificação é iterativo: hipóteses são constantemente testadas contra diferentes conjuntos de documentos e são ajustadas quando encontram resistência factual. A inclusão de uma seleção de arquivos e documentos mencionados ao final do volume reforça o compromisso com a replicabilidade do percurso de pesquisa. Essa transparência metodológica é um dos grandes méritos da obra, pois permite que outros pesquisadores possam seguir os passos de Lima e, eventualmente, contestar ou aprofundar suas conclusões.

Implicações para o ensino e a pesquisa

Para o ensino, a obra sugere uma revisão dos programas de formação, com a inclusão de módulos de história institucional baseada em arquivos, exercícios de

leitura crítica de regulamentos e documentos da época, e seminários de metodologia histórica aplicada à psicanálise. Tais iniciativas fortalecem a capacidade dos futuros clínicos de reconhecer os dispositivos que moldam sua prática. No campo da pesquisa, o livro aponta para uma agenda concreta: expandir o mapeamento regional, digitalizar e indexar acervos, estabelecer protocolos de acesso e estimular estudos comparados que respeitem as singularidades locais sem perder de vista as circulações transnacionais. A obra de Lima, portanto, não é apenas um ponto de chegada, mas um ponto de partida para uma nova geração de pesquisas que se proponham a desvendar as complexidades da história da psicanálise no Brasil e em outros contextos autoritários.

Neutralidade reexaminada: entre a clínica e o espaço público

A neutralidade, muitas vezes vista como uma virtude intrínseca, é aqui apresentada como uma posição historicamente situada. Isso implica reconhecer que as decisões clínicas, sobre linguagem, enquadre, manejo, ocorrem em ambientes institucionalmente estruturados. Quando esses ambientes são permeados por dispositivos de vigilância e expectativas de pacificação, a neutralidade pode, inadvertidamente, tornar-se um vetor de despolitização. A lição não é abandonar a neutralidade, mas distingui-la das práticas que a invocam para se eximir da responsabilidade pública. Lima nos convida a uma reflexão crítica sobre a neutralidade, mostrando que ela não é um valor absoluto, mas uma construção histórica que pode ser utilizada para fins diversos. A psicanálise, ao se posicionar como neutra, pode tanto garantir a liberdade do sujeito quanto se tornar cúmplice de um sistema de opressão. A obra de Lima nos força a questionar: qual o custo da neutralidade em tempos de crise política e social?

Biblioteca crítica e o futuro do campo

A noção de "*biblioteca crítica*" nomeia um efeito estrutural do período de abertura: novas coleções, reedições comentadas, ampliação de traduções e a pluralização de referências. Esse movimento desestabiliza hierarquias e oferece material para a reescrita de currículos. Consolidar essa biblioteca hoje significa investir em políticas de preservação, em redes de colaboração interinstitucional e em práticas editoriais que promovam o acesso público e a avaliação por pares. Em termos práticos, isso inclui catalogação compartilhada, parcerias com arquivos públicos, políticas de dados abertos e a formação de pesquisadores em mediação arquivística. A clínica, nesse horizonte, beneficia-se de um ambiente cognitivo mais transparente e de debates menos suscetíveis a autoridades tácitas. A construção de uma biblioteca crítica é, portanto, um ato político e ético, que visa democratizar o acesso ao saber e promover uma psicanálise mais engajada com as questões sociais e políticas de seu tempo.

Implicações contemporâneas: por que este livro importa agora

A leitura de "*Psicanálise na Ditadura*" não é um mero exercício de arqueologia. Ela ressoa com dilemas atuais do campo, especialmente em um momento em que a psicanálise ganha nova visibilidade em espaços virtuais, cursos livres e políticas públicas. Os mecanismos de legitimação e as gramáticas de validação revisitados pelo livro nos ajudam a evitar tanto um liberalismo ingênuo, que naturaliza qualquer forma de expansão, quanto um moralismo paralisante, que suspeita de toda institucionalidade. A lição é mais complexa: crescer pode ser necessário, mas é fundamental questionar "*como*" e "*a que custo*".

Essa indagação se estende à formação. Ao historicizar currículos, supervisões e certificações, o livro oferece critérios para discutir atualizações programáticas sem ceder a pressões conjunturais. Em vez de aderir a modismos metodológicos, a proposta é avaliar decisões à luz dos arquivos e dos efeitos de longo prazo sobre quem forma e quem é formado. O resultado é uma perspectiva que une prudência e coragem: prudência para reconhecer o peso das tradições; coragem para reformar dispositivos quando se tornam, de fato, obstáculos epistemológicos ou éticos.

O debate sobre neutralidade e responsabilidade pública também ganha uma urgência contemporânea. Em tempos de polarização, a tentação de transformar a clínica em palco de representações políticas é real; igualmente real é o risco de, em nome da neutralidade, silenciar violências estruturais que permeiam a fala. A historicização proposta por Lima não resolve o impasse, mas oferece um mapa para decisões mais conscientes: ao nomear os usos da neutralidade como posição, abre-se espaço para escolhas informadas sobre manejo e enquadre, embasadas em documentos e experiências institucionais examinadas à luz do passado recente.

Por fim, a discussão sobre a biblioteca crítica e as políticas de memória dialoga diretamente com o ecossistema editorial atual. Em um ambiente de circulação algorítmica, onde listas e resumos muitas vezes substituem a leitura de fontes primárias, o livro reafirma o valor de coleções críticas, edições comentadas e parcerias entre universidades, arquivos e editoras. É um convite a repensar o que entendemos por "*acesso*" e "*difusão*" quando se trata de práticas clínicas que dependem de uma transmissão rigorosa e de responsabilidade perante o público.

Conclusão

A grande força do livro de Rafael Alves Lima reside em sua capacidade de promover deslocamentos simultâneos. No plano historiográfico, ele move a narrativa do eixo memorialístico para o eixo da prova; no plano conceitual, ele desloca noções estabelecidas como, neutralidade, legitimidade e expansão, para um terreno onde podem ser questionadas; e no plano ético, ele situa a clínica no espaço público sem descaracterizá-la, mostrando que responsabilidade não é sinônimo de militância, mas de método.

Por todas essas razões, esta resenha não apenas recomenda a leitura da obra, mas também sugere a adoção de seu modo de trabalho. Se a história da psicanálise no Brasil ainda está em construção, este livro estabelece um novo patamar. A partir dele, caberá a pesquisadores e clínicos honrar a exigência do arquivo, cultivar uma linguagem comum para as divergências e transformar a memória não em um culto, mas em um exercício de justiça intelectual.

Em última análise, o que aprendemos aqui é uma forma de escuta aplicada à história: ouvir documentos, reconhecer silêncios, trabalhar com os vestígios, como nos lembra o historiador italiano *Carlo Ginzburg*. Essa escuta, que é também um método clínico, nos permite abordar o passado sem nostalgia e o presente sem impaciência. Entre o arquivo e a clínica, entre a instituição e o sujeito, o livro nos ensina que a psicanálise tem muito a ganhar ao aceitar que sua própria história deve ser lida com o mesmo rigor com que se lê um caso, passo a passo, documento a documento, conceito a conceito.

Referências

GINZBURG, C. (2001). *Mitos*, *emblemas*, *sinais*: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, R. A. (2024). *Psicanálise na Ditadura* (*1964-1985*): história, clínica e política. São Paulo: Perspectiva.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.